

II SEMANA SOCIAL BRASILEIRA: o processo, os desafios, as perspectivas

1. INTRODUÇÃO

Avaliar o conjunto da II Semana Social Brasileira que se desenrolou em Brasília, de 24 a 29 de julho de 1994, em quatro plenários por temas, e em cinco outros, por regiões,¹ é tarefa por demais complexa para uma única pessoa e só poderia ser fruto de uma avaliação mais coletiva, combinando diferentes contribuições:

a) Avaliação interna de cada um dos quatro plenários ao redor dos eixos temáticos: cidadania, desenvolvimento, estado democrático, sujeitos e valores emergentes e uma outra pelas cinco grandes regiões do país: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.

b) Uma análise da relação entre a II Semana e os Meios de Comunicação Social que a cobriram: grande imprensa e jornais alternativos, rádios e televisões. Merece especial atenção o debate dos participantes com os presidenciáveis, transmitido pela Rede Bandeirantes de Televisão, na noite do dia 28 de julho.

c) A presente síntese que resgata elementos da caminhada preparatória e alguns pontos relevantes da Semana

d) A apreciação feita por parte dos artistas do MARCA (Movimento dos Artistas da Caminhada) que colaboraram com a II Semana

2. A PARÁBOLA DA PRIMEIRA NOITE

O rosto desta II Semana foi dado pela noite de abertura e pela maneira como cada uma das cinco regiões do país apre-

1. CNBB, Setor Pastoral Social, *Brasil, alternativas e protagonistas: por uma sociedade democrática*. Petrópolis, Vozes, 1994

sentou-se para os demais participantes. Esta noite foi como que uma grande parábola de todo o nosso encontro.

Fomos chamados a percorrer o Brasil do sul ao norte, do sudeste ao nordeste e centro-oeste, num encontro marcado com as pessoas e a problemática de cada região, mas também com os cheiros, sons, gostos, cores, produtos, fotos e cartazes de cada lugar.

Neste peregrinar através de cada grande região do país, estava presente uma das inspirações da II Semana: partir das realidades locais e regionais para, a partir daí, identificar os problemas e desafios nacionais.

O passar pelos sons, cheiros, sabores, ritmos e imagens de cada lugar, carregava a proposta de um saber mais incluso, concreto e cúmplice da corporeidade, sem renunciar entretanto aos instrumentos da razão, ao esforço da precisão e da clareza.

O sudeste reuniu-nos em torno da mesa da partilha: queijo com goiabada, quitandas, pão de queijo e licor dos mineiros, samba dos cariocas e fluminenses e o podão dos cortadores de cana de São Paulo e do Espírito Santo.

O Nordeste acolheu-nos no aconchego dos abraços, na música do Zé Vicente, na Cachaça do Ceará, ofertando rapadura e doce de maracujá, trazendo o babaçu do Maranhão, chapéu de cipó, redes e artesanato. Cada um levou ainda, junto com água de cheiro, um anel de tucum, sinal da aliança solidária com os oprimidos e de compromisso com suas lutas.

O Centro-Oeste foi pintando quem chegava, evocando os jovens “cara-pintada” que acordaram o país para impeachment de Collor. Seu canto relembrou o rio-símbolo da região, cujas cabeceiras estão no sul do Mato Grosso e cuja foz está no norte, em Belém, e que junto com o velho Chico e seu irmão gêmeo, o Tocantins, é um dos rios da integração nacional:

*Araguaia, meu Araguaia, de mistérios e de terror,
de cascatas e banzeiros, de praias e encantos sem fim.*

Mas a região falou-nos também dos migrantes de todo o país que para ai acorrem; da concentração da terra e da expulsão do homem pelo boi; do projeto JICA e do aumento dos boias-fria e do trabalho semi-escravo nas usinas de cana e nas carvoarias. Não esqueceu-se do ninho de corrupção da capital federal e das respostas criativas e corajosas dos movimentos populares, com ocupações de terra, associações de produtores, luta indígena e das mulheres e renovado empenho das pastorais sociais. Em meio aos cantos da Siriema do Mato Grosso, do Chico Mineiro e do Cio da Terra foram destacadas duas iniciativas importantes: a da luta pela autonomia dos povos indígenas e a do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio.

O Sul, reuniu-nos em torno do chimarrão, a velha tradição guarani da herva sagrada, bebida em roda de amizade. O Paraná distribuiu-nos o pinhão — alimento de inverno dos kaingangue — acompanhado pelo canto da gralha azul, a ave que enterrando no chão os pinhões e não os reencontrando, auxilia na reprodução dos pinheirais.

Santa Catarina lembrou a Guerra Santa do Contestado (1912-1916), entregando facões de madeira, terçados e batidos, ao som do canto à heroína Maria Rosa, a mulher, menina-moça, que juntou os últimos caboclos na batalha final pela defesa da terra, de sua dignidade e sobrevivência:

*O povo caboclo foi protagonista de um sonho
e de um direito dos trabalhadores — a terra.*

O Norte apresentou-se cantando “O Lamento dos Artistas”, perfumando a todos com ramos de patchuli e poetando com a Maria Cleto de Souza Lima, vinda lá do Amazonas:

*Nos cartazes está relatado
as lutas por nosso ideal
que trocemos nas bagagens
para a semana social.*

Como o Acre, também em versos, com o poeta Raimundo Ricardo:

*Queremos que se implante
um desenvolvimento equilibrado.
Que seja realmente relevante,
para nosso povo marginalizado.*

Dos excluídos e esquecidos chegou-nos não apenas o grito e o lamento ou frias análises de conjuntura, que desatentas ao novo e à resistência nos apontam para a inelutável dominação do mercado e dos poderosos, provocando impotência e desânimo.

A noite nos fez saborear a frágil e esperançosa alegria dos pequenos, a riqueza de suas culturas e organizações, a beleza de sua arte e artesanato, a festa do seu canto e dança, a força e persistência de suas memórias e lutas; a doçura de suas frutas, compotas, cachaças e licores; a rica diversidade de suas matas e campos, de suas flores e perfumes, de seus sonhos e esperanças.

A primeira noite completou-se com a fala de D. Demétrio Valentini, bispo de Jales, encarregado da linha 6 da CNBB e responsável pela II Semana Social, de D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB e do Cardeal Roger Etchegaray, presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz e Presidente do Pontifício Conselho Cor Unum.

Em vez de inserir os temas da II Semana na análise das relações internacionais, como lhe fora pedido, o Cardeal Etchegaray preferiu mergulhar na tradição do Evangelho como boa nova para os pequenos, pobres e excluídos, famintos de pão e de justiça, comentando para os participantes as bem-aventuranças do sermão da montanha.²

2. *Ibidem*, p. 111-116

3. PRIMEIRA (1991) E SEGUNDA SEMANA SOCIAL (1994): CONVERGÊNCIAS E NOVIDADES

Numa quadra difícil da vida nacional, após uma década de dura recessão econômica mas, igualmente, de crescente pobreza, fragmentação e dispersão das forças sociais e políticas, desagregação dos serviços públicos e do próprio estado, desorientação quanto ao diagnóstico e às soluções possíveis para a crise, a I Semana Social Brasileira surgiu como uma iniciativa pioneira de um amplo fórum nacional aberto para análise, debate e busca de saídas.

No momento em que, após a queda do muro de Berlim em 1989, tema dominante era mercado e sua globalização; a ideologia triunfante era o neo-liberalismo e sua implantação sem preocupações éticas ou sociais; a palavra de ordem era a desregulamentação da economia, da legislação trabalhista e do Estado, sem medir seus reflexos sobre o nível de emprego e de renda, a I Semana Social antecipou-se ao que hoje é reconhecido como questão crucial e colocou no centro de suas preocupações o trabalho e o trabalhador.

Foram chamados a participar em torno de tema tão conflitivo, operários e empresários, empregados e desempregados, trabalhadores do campo e da cidade, da indústria e dos serviços, do “lar” e da “rua”, jovens e idosos, homens e mulheres, junto com militantes das pastorais e dos sindicatos, da política e da universidade, da sociedade civil e do Estado.

A II Semana Social dá continuidade a este projeto, tanto na busca de um tema crucial e relevante para a sociedade brasileira, quanto na manutenção e ampliação do seu caráter de fórum amplo e aberto e do seu intento de buscar saídas para a crise.

Assim como a I Semana tomou como ponto de partida o trabalho e o trabalhador, mesmo quando o tema abordado foi o capital, a tecnologia ou o mercado, assim também, nesta II Semana, propôs-se como ótica de leitura que as alternativas para a crise e a identificação dos novos protagonistas na construção do “Brasil que queremos” fossem levantados a partir dos excluídos.

O caráter era não apenas analítico ou acadêmico, mas concreto e propositivo.

3. CNBB, II Semana Social, *Brasil, alternativas e protagonistas*. Instrumento de trabalho. Brasília, CNBB, 1994.

☛ A II Semana trouxe, por sua vez, algumas novidades:

a) A preparação mais demorada, desdobrando-se ao longo de quase dois anos, levada a cabo por todo o país e que resultou numa centena de semanas diocesanas e 17 semanas regionais.

b) A confecção de um “Instrumento de Trabalho”, extremamente rico e pertinente e que relançou o debate, a partir de uma plataforma aberta mas consistente.³

c) A escolha do duplo eixo: o regional, atento à caminhada local e à diversidade do país e dos problemas, e o temático, permitindo aceder, debaixo para cima e na perspectiva do movimento popular, às grandes questões nacionais.

d) O pano de fundo: a preocupação ética, traduzida não apenas em indignação, mas em crítica do sistema vigente, em nova maneira de visar as propostas de saída para a crise e de lidar com a definição dos meios na consecução dos fins.

e) O método utilizado: partindo-se do relato das experiências, do aprofundamento das mesmas e do cruzamento com novas dimensões e questões suscitadas nos outros plenários temáticos, repensar o todo a partir das regiões e do horizonte das exigências éticas.

f) A partilha da riqueza cultural, pela incorporação dos artistas e de sua contribuição própria ao formato da semana que comportou uma apresentação teatral num dia e toda uma noite cultural no dia seguinte, além da animação permanente em cada um dos plenários.

g) A atenção ao momento nacional concretizada em dois momentos: no debate com os presidenciais, na oração pelo Brasil, na praça dos Três Poderes. Nestes dois momentos, através dos meios de comunicação, em particular rádio e televisão, uma parte significativa da opinião pública esteve sintonizada com os participantes da Semana. Para o debate, os participantes envolveram-se no processo de levantar, na ótica dos excluídos e com uma preocupação ética, as questões julgadas importantes acerca da cidadania, do desenvolvimento, do estado democrático e dos novos sujeitos e dos valores emergentes. Precedentemente, no sábado, dia 23, a militância já estivera envolvida em muitas cidades do país numa operação “pedágio”, para chamar a atenção das pessoas para o início da II Semana Social.

h) A participação ecumênica: a presença do Bispo Clovis da Igreja Anglicana, de pastores luteranos e metodistas lembrou-nos continuamente que, no empenho pela nobre causa da justiça e dos pobres, há muitas igrejas e cristãos perfeitamente irmanados, aos quais, ao longo do caminho, vêm se somando incontáveis homens de boa vontade, alguns deles sem referência eclesial ou religiosa explícitas.

4. RIQUEZAS DO PROCESSO

O mais rico e inovador da Semana Social foi tomar como ponto de partida de todo o desenrolar da reunião a apresentação de experiências concretas em cada um dos quatro plenários em que se dividiram os participantes⁴.

Tratou-se, em primeiro lugar, de fazer confiança aos muitos caminhos que o povo já vem encontrando não só para exprimir seus sonhos, mas para efetivamente começar a construir o Brasil que queremos. Permitiu mostrar que, através de muitas iniciativas e práticas populares, nos mais distintos campos: econômico, social, da saúde, da educação e da cultura, da ecologia, existem saídas concretas, apesar das oposições dos poderosos e da inércia do Estado.

Tratou-se ainda de assumir um caminho pedagógico distinto da I Semana Social que privilegiou como ponto de partida as palestras de especialistas sobre os vários problemas do mundo do trabalho, para só então iniciar o debate entre os participantes e confrontar o exposto com as práticas e experiências populares.

Foi unânime a avaliação de que o novo método permitiu um protagonismo dos sujeitos emergentes e dos caminhos por eles encontrados, trazendo ânimo, esperança e até mesmo entusiasmo, logo no início dos trabalhos.

Conversando com pessoas de cada um dos plenários, pedimos que repassem o que mais havia impactado o grupo na experiência apresentada e o que havia sido relevante segundo os participantes:

4.1. *Plenário Estado Democrático:*

Foram apresentadas experiências de duas administrações municipais populares, uma do PDT, em Icapuí, no Ceará, e outra do PT em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul:

Em Icapuí, município criado em 1984, tomou posse a primeira administração eleita, em janeiro de 1986, erigindo saúde e educação como prioridades. No município de 14.000 habitantes havia apenas 8 escolas, com 31 professores e 700 alunos. Dez anos depois, 5.000 crianças estão sendo atendidas em 32 escolas, por 184 professores e os adultos podem alfabetizar-se nos círculos de cultura. Reduziu-se, em pouco tempo e drasticamente, o alto índice de analfabetismo (73%). No campo da saúde a vacinação foi estendida a todas as crianças e seis postos de saúde, um centro e um hospital, apoiados numa rede de agentes de saúde treinados localmente, melhoraram sensivelmente os padrões de saúde da população. Nas escolas, a merenda

4. Conclusões teóricas de cada um deles em: CNBB, Setor Pastoral Social, *Brasil, alternativas e protagonistas*. por uma sociedade democrática, p. 33-90.

é enriquecida com gelatina de algas marinhas produzida localmente. A implantação de uma administração descentralizada, participativa e transparente, empenhada na educação, na saúde, mas também na criação de novas fontes de produção e emprego, mudou o ânimo da população.

Em Porto Alegre, procurou-se estabelecer uma administração descentralizada e, através da participação política dos movimentos populares e das organizações de moradores, um poder partilhado, formalizado nos distintos conselhos municipais. A discussão democrática do orçamento municipal chegou a envolver cerca de 100.000 pessoas nos debates e na definição das prioridades para a alocação dos recursos. Democracia e participação foram encaradas como algo estruturante para a construção do país que queremos, combatendo os que, com o adjetivo “burguês” aplicado à democracia, correm o risco de jogar fora com o adjetivo o próprio substantivo “democracia”.

4.2. Plenário do desenvolvimento econômico:

Neste plenário, foram apresentadas duas experiências na área de empresas falidas que foram recuperadas e geridas pelos próprios empregados:

A primeira, em Criciúma, Santa Catarina, onde a Mineração de Carvão CDCA, falida e em processo de fechamento, foi assumida, em 1987, pelos próprios mineiros, num processo de auto-sugestão que garantiu a permanência de 250 operários. Com uma variação salarial apenas de 1 a 6 entre o maior e o menor salário, os trabalhadores consideram que, além do emprego garantido e expressiva vitória dos mineiros organizados, o lucro maior tem sido a nova qualidade de vida para si e para suas famílias.

O plenário destacou, nos debates, a capacidade dos operários de organizarem a empresa num processo de auto-gestão.

A segunda, em Franca, São Paulo, onde a indústria de Calçados Makerly com a falência decretada e com 480 funcionários já despedidos, foi assumida por um grupo de 150 empregados. A fábrica foi reaberta num regime de auto-gestão, com produção diária de 500 pares de calçados. Hoje trabalham 328 operários, produzindo 2.000 pares. Para eles o lucro maior da experiência foi o emprego garantido e em expansão, depois que a produção quadruplicou.

O plenário destacou a iniciativa dos operários e sua capacidade de gerenciar esse complexo empreendimento econômico, num mercado competitivo e concorrencial. Essa experiência está se articulando com outras quinze no país através da Associação Brasileira de Empresas Auto-geridas.

4.3. *Plenário dos sujeitos populares e valores emergentes*

Foram apresentadas duas experiências da Amazônia:

A primeira, do Movimento dos Ribeirinhos contra a pesca industrial predatória em rios e lagos de doze municípios da Amazônia, relatada por Hilmir, um ribeirinho de Silves, dirigente sindical e militante da CPT. A partir das lutas nas comunidades, está-se criando um direito novo e sendo apresentada uma proposta de código de águas popular que empreenda uma Reforma Aquática, equivalente para os ribeirinhos da Amazônia à reforma agrária no restante do país. Em quatro municípios, conseguiu-se já a institucionalização dos Comitês Municipais, de Fiscalização para a preservação da pesca em favor das comunidades.

No plenário, destacou-se a surpresa de muitos, com esta necessidade de uma reforma aquática, semelhante à reforma agrária, para a preservação de lagos e rios, como santuários de reprodução dos peixes e fonte de vida e alimento para as populações ribeirinhas, em choque com a pesca predatória das companhias pesqueiras.

A segunda, do projeto Pe. Ezequiel Ramin da Diocese de Jiparaná que desdobra-se em várias iniciativas: produção agrícola e venda cooperada da safra, oficinas de trabalho, núcleos de alfabetização de adultos e rede de atendimento à saúde. O projeto, levado adiante pela diocese, ajudou a entrosar e a fortalecer a comunidade, estancando o êxodo rural e a re-imigração, através da constituição de um fundo de apoio às comunidades, que permite a aquisição cooperada de máquinas e implementos agrícolas e o processamento local de vários produtos, como o arroz.

As comunidades organizadas avançaram na apropriação coletiva da saúde e alimentação alternativas, mas também na participação política para alcançar uma saúde pública popular, através da presença ativa nos Conselhos Municipais de Saúde.

O plenário destacou a valorização do saber e da cultura populares na busca de alternativas para a educação, a saúde e, inclusive, para a economia, diversificando-se a produção e enfrentando a máfia dos atravessadores do mercado de produtos agrícolas que deprimiam o preço na safra e ainda, roubavam no peso e na classificação dos produtos.

4.4. *Plenário cidadania e dominação política e cultural*

João Martins, lavrador de Anchieta, no Espírito Santo, relatou a experiência do MEPES (Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo), surgido em 1960 para responder ao desastre social da erradicação do café na região e procurando responder a três esferas de problemas: educação, saúde,

de e ação comunitária. Na saúde, foram treinados líderes para implantar um trabalho eminentemente preventivo. Na educação, foram iniciadas as Escolas da Família Agrícola.

O Plenário destacou a capacidade que tiveram os líderes comunitários de criar uma escola com alternância entre estudo e trabalho e de obter o reconhecimento do Estado para este tipo de currículo e calendário, conseguindo que 80% dos seus alunos, uma vez formados, não precisassem abandonar o trabalho agrícola. A expansão deste modelo para Rondônia e outros estados da federação levou à criação da Associação Nacional de Escolas Família, que inclui as escolas que estão sendo fundadas pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Carama, filho do último tuxaua dos Baniwa no Alto Rio Negro, apresentou os esforços do Movimento Indígena, a partir das discussões em vistas à Constituição, já em 1985-86, para alcançar a unidade entre os vários povos indígenas da região na defesa do território, da cultura, da identidade e de uma ação coordenada frente à militarização da área de fronteira e frente aos desafios da sociedade envolvente.

Em que pese a pluralidade linguística e cultural, dezessete associações formais e informais de 19 grupos étnicos, totalizando quarenta mil indígenas nos municípios de Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira, uniram-se para formar a FOIRN — Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro que tomou como prioridades:

- a) Realização de um censo detalhado;
- b) Criação de programas alternativos para equilibrar o avanço dos grandes projetos e da militarização da área;
- c) Demarcação das terras;
- d) Organização de um sistema de comunicação por radiofonia, capaz de cobrir os 700.000 km² da região;
- e) Recuperação do sistema de educação indígena;
- f) Restabelecimento da medicina indígena tradicional, única possível nesta grande área onde não existe um único médico;
- g) Implementação de uma política de alianças com outros povos indígenas e luta organizada ao seu lado, como no caso da demarcação das terras yanomami, em Roraima.

O plenário destacou o enfoque abrangente assumido pela Federação, no sentido de cobrir o conjunto dos problemas e sua atitude de encarar a diferença implicada na pluralidade étnica e cultural, não como obstáculo ou problema, mas como riqueza e valor, embora desafiantes.

A esta riqueza do ponto de partida, centrada em experiências concretas, cumpre acrescentar, mesmo com o risco de alguma repetição, os seguintes pontos:

a) A preparação anterior a nível de todo o país, nos regionais da CNBB e mesmo a nível bem local, permitiu que “*O Brasil que queremos*” fosse ao mesmo tempo, “*O Maranhão que queremos*”, como apareceu no belo painel, pendurado na escadaria do Centro e assim por diante, com as propostas pensadas sempre a partir da realidade muito concretas. A preparação conseguiu atrair para o debate sobre as alternativas e novos protagonistas as universidades e sindicatos, os movimentos sociais e as igrejas, crentes e não crentes. Esse interesse ficou em parte espelhado na longa lista de subsídios, textos de apoio e comentários críticos pelo Instrumento de Trabalho, que ultrapassaram a meia centena.

b) Outro ganho da II Semana foi combinar o local com o regional e sobretudo com os eixos temáticos que permitiam um aprofundamento de determinadas questões, no quadro de um debate atento às diferenças e diversidades, mas consciente da necessidade de alternativas não só locais, mas nacionais.

c) O partir de experiências concretas para, nos plenários, partilhá-las, confrontá-las com outras experiências, sistematizá-las para extrair questões mais gerais, sempre atentos à diversidade e às peculiaridades regionais e locais. Só então, depois de cruzá-las com as perspectivas e interpelações dos outros plenários, é que se começou o encaminhamento de propostas concretas, submetidas ao crivo de critérios éticos e da realização subjetiva das comunidades, grupos e pessoas às quais estavam endereçadas.

d) A atenção, na metodologia de trabalho, às dimensões da razão mas também da emoção; às exigências da verdade, mas também da beleza e da afetividade, à clara expressão e formulação racional, mas também à sua reinterpretação, sob a forma de representações teatrais, cartazes, contos e poesias. Em outras palavras, a II Semana estimulou uma atenção permanente à complexidade do real e de sua compreensão, expressão e significação; à necessidade da escuta, do diálogo, do confronto de perspectivas na busca incessante de uma visão mais abrangente e inclusa, tão bem expressa nos propósitos iniciais da Semana de se tentar sempre “*relacionar o específico e o geral, o concreto e o abstrato, o imediato e o mediato, o público e o privado, o particular e o global, conjuntural e o estrutural, o micro e o macro, o regional e o nacional*”. Aqui precisaríamos acrescentar, o “*nacional e o internacional, com especial atenção à América Latina*”.

e) A rica experiência de partilha e reflexão em comum num exercício bem democrático de quem vinha das duras lides do trabalho na roça e quem vinha do ensino e pesquisa universitários, de quem era dirigente sindical e quem era dirigente eclesial; de bispos e leigos, católicos e evangélicos, homens e mulheres, gente do campo e da cidade.

f) O esforço por inserir-se de forma responsável e criativa no momento nacional, através do debate com os presidenciáveis. Ficou patente que a qualidade das questões dos participantes, condensadas em quatro dezenas de perguntas, superou em muito a das respostas dos candidatos. As questões ficam como um fruto amadurecido da II Semana, apresentando um leque de interpe-lações, que precisam ser levadas a sério e incorporadas ao pro-grama de governo de qualquer um que aspire responder ao cla-mor que sobe de cada canto do país, por um novo caminho na economia, na política, na cultura e nas relações sociais.

5. PASSOS PARA UM APERFEIÇOAMENTO

O grande avanço alcançado da I para a II Semana Social, repousou na seriedade com que a coordenação acolheu repa-ros e propostas surgidos da avaliação. Da avaliação do conjun-to dos participantes surgirão novas e valiosas sugestões para o aperfeiçoamento dos trabalhos futuros. Sinalizamos apenas alguns passos que podem ajudar nesta direção, partindo de al-gumas das preocupações, centrais da II Semana ou de perspec-tivas que ficaram um pouco na sombra.

5.1. *Excluídos*

No nosso propósito de se sonhar e pensar o Brasil, a partir dos excluídos, sentiu-se que a presença dos próprios excluídos e de suas organizações foi limitada e insuficiente.

5.2. *Mulheres*

Não se sentiram suficientemente contempladas — e o dis-seram publicamente e nos corredores — quanto ao número de participantes, às responsabilidades na assessoria e em momen-tos chaves da Semana Social, como na abertura ou na tarde da quarta-feira, no painel sobre *Ética e Subjetividade*.⁵ Disseram-no de forma positiva, relevando o quanto é crucial a perspec-tiva feminina para a compreensão das dimensões da ética e da subjetividade e para a reconstrução ética das relações huma-nas, tanto pessoais, como econômicas, sociais, políticas e cul-turais. A bem da verdade, ressalve-se porém o empenho da coordenação: para a intervenção no painel sobre *Ética e Subje-tividade* havia sido convidada, com insistência, a professora Marilene Chauí que, na abertura da Semana Social de Campi-nas já pronunciara, sobre este tema, uma apreciada conferên-cia, cuja transcrição foi publicada entre subsídios da II Sema-na. Para a abertura, para que aí desse seu depoimento de indí-

5. Ibidem, p. 91-100.

gena e mulher, de militante e cristã, havia sido convidada a prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú Tum. Ela nos teria certamente colocado de pleno no coração da dimensão latino-americana, lida e vivida com olhar e sensibilidade de mulher e todos lamentamos a ausência destas duas mulheres nestes dois momentos chaves da II Semana.

5.3. *Dimensão Latino-americana e internacional*

Rigoberta Menchu e o Cardeal Etchegaray estavam chamados a situar-nos no horizonte latino-americano e no panorama internacional. O companheiro da Colômbia, membro da Assembléia do Povo de Deus, de visita entre nós, alertou-nos sobre o quanto as eleições no Brasil e no México, são acompanhadas com vivo interesse, com esperança e temor em todo o continente. Podem influir nos rumos dos demais países, fazendo triunfar de vez o néo-liberalismo e a subordinação calada do continente à economia mundial ou abrir perspectivas de um caminho mais autônomo e determinado menos pelas frias exigências do mercado e mais pelas necessidades e carências, sonhos e necessidades de nossos povos. Em tempos de Mercosul e de integração latino-americana e caribenha, em tempos de mundialização do mercado e da economia e globalização de processos sociais e culturais, o Brasil que nós queremos, implica necessariamente em sonharmos com a América Latina e o mundo que queremos, lutando solidariamente com outros povos para realizá-los. Esta dimensão foi captada em plenários, como os do *Desenvolvimento e Estado Democrático* ou na região Sul mais afetada pelo Mercosul e na Amazônia, sensível à internacionalização dos seus problemas, mas não recebeu o lugar prático e teórico que de fato ocupa, nos processos que vivemos e sofremos.

5.4. *Bíblia e ecumenismo*

A II Semana Social foi aberta com uma penetrante meditação do Cardeal Etchegaray sobre as bem-aventuranças, no sermão da montanha do evangelho de Mateus (Mt.5,1-12). Alberto Antoniazzi acudiu à passagem do bom samaritano, no evangelho de Lucas (Lc.10,25-37), como iluminação para nossa atitude frente ao mundo dos excluídos⁶. Foram dois momentos fortes de entrada, a partir da palavra de Deus, no debate acerca do Brasil que queremos. Cada manhã, um grupo representativo de participantes teve a oportunidade de reunir-se, espontaneamente, em torno da Palavra e da Eucaristia e, na tarde do penúltimo dia da reunião, dois plenários se juntaram e encerraram seus trabalhos com a caminhada de cânticos e oração no belo por-do-sol do planalto goiano. Faltou, a meu ver, momentos coletivos que, na

6. *Ética, eixo central*. Em *ibidem*, p. 146-153.

tradição de nossas Comunidades Eclesiais de Base, propiciassem o confronto sistemático da realidade com a Palavra de Deus, como elemento de juízo e valoração crítica, por um lado, e como fonte de utopia e esperança, de outro. Não estão, por acaso, nossos sonhos e utopia de justiça e de solidariedade prenhes da coragem dos profetas, do anúncio esperançador do Reino nos gestos e palavras de Jesus e na prática das primeiras comunidades cristãs? Por que não resgatar explicitamente esta raiz bíblica que vem animando a luta pela terra e pela reforma agrária, pela dignidade do trabalho e do trabalhador, pela vida e a saúde das maiorias, pelo cuidado com as crianças, as preferidas de Jesus, e pelo desvelo para com os doentes e alquebrados, mas também nossas lutas pela cidadania e por um estado democrático, por uma economia e um desenvolvimento mais humano e justo; por uma atenta escuta dos sujeitos emergentes e decidido compromisso com suas causas e lutas?

Além deste, um outro caminho já tradicional em nossas comunidades, o do confronto da realidade e da vida, dos projetos e das utopias com a palavra de Deus teria sido inspirar-se ecumenicamente da prática evangélica que faz preceder o início de qualquer atividade pela escuta da palavra de Deus. Poderíamos ter aberto, coletivamente, a manhã de cada dia da semana com uma pequena meditação bíblica que servisse de inspiração e iluminação para os trabalhos do dia. Seria um caminho para tornar também mais consciente a caminhada ecumênica que vem unindo explicitamente diversas igrejas cristãs no serviço aos povos indígenas e à luta pela terra, na pastoral da saúde e dos meninos e meninas de rua, na pastoral da moradia, dos pescadores, no movimento negro e no de libertação da mulher marginalizada e em, praticamente, todas as ações e lutas em favor da justiça e da dignidade dos pobres e excluídos.

Fica de todo modo a sugestão para que se convidem alguns participantes da Semana e biblistas para que juntos preparem, para a publicação final do resultado desta II Semana Social, a propósito dos quatro eixos temáticos e, em especial, a propósito da reflexão ética um pequeno roteiro bíblico com os textos e passagens que têm sustentado e inspirado a ação e a reflexão das comunidades e dos cristãos e que estão subjacentes às propostas por nós elaboradas ao longo de todo o processo da II Semana Social e ao longo destes dias de fecunda, feliz e alentadora convivência.

6. VALORES EMERGENTES

O relatório final do plenário “Valores emergentes” proporcionou o resgate da riqueza descoberta e partilhada no desenvolvimento do longo processo de preparação e de realização

da Semana. Chamamos a atenção para alguns destes valores marcantes.

O mais recorrente foi o da Pessoa Humana, reconhecida na plenitude de seus direitos e aspirações, somado à dor e à denúncia diante do espetáculo cruel dos seus direitos denegados e da sua dignidade ferida, sorte amarga do cotidiano de milhões de brasileiros, incluindo mulheres e crianças, velhos e enfermos, deficientes físicos e mentais, encarcerados e os estigmatizados pela cor, pela raça, por doenças e pela origem.

A Vida, sua promoção e defesa, surgiu também como valor maior e critério para medir a bondade do sistema econômico e social, assim como trabalho e trabalhador enquanto prioridade frente ao mercado e ao capital.

De modo abrangente, a Semana caracterizou-se por recolocar tudo à luz da ética e do seus critérios maiores da vida e da pessoa humana. É como empreender um longo processo de inversão: a modernidade caracterizou-se pelo crescente movimento de liberar as ciências, a técnica, mas também a política e a economia, de qualquer referência exterior às regras do método ou da eficácia, do poder ou do mercado. Assistimos à uma crescente revolução, ao se relatar a busca para articular novamente ciência e técnica, política e economia, com a ética e com seus critérios. A II Semana abriu um caminho que deve ser perseguido com perseverança para que a economia e as relações econômicas, em todas as esferas, mas particularmente no trabalho, estejam subordinadas à política e não apenas às leis cegas do mercado e que a política, sobretudo no trato da coisa pública e na orientação das prioridades, esteja regida por padrões éticos e não pelo puro jogo do poder. Erigiram-se como critérios últimos desta preocupação ética, a Vida e a Pessoa Humana, mas lidas a partir do sofrimento e do grito dos excluídos e de suas contribuições, exigências e sonhos.

O quadro completou-se com a busca de uma mística e espiritualidade capazes de sustentar embates tão difíceis e de alimentar a indefectível esperança contida na mensagem do Reino prometido em prioridade aos pobres e aos pequenos.

7. SEMANA SOCIAL E A MÍDIA

A Semana Social conseguiu inserir-se na mídia, fazendo com que temas abordados pelas camadas populares e pelas pastorais sociais da Igreja voltassem a ser notícia. O mérito não reside em primeiro lugar numa súbita conversão da mídia a temas por ela sistematicamente ignorados, mas ao fato de a II Semana Social ter incluído em sua pauta, proposta de debate

dos participantes com os presidenciáveis e que foi transmitido em direto por uma das redes de televisão, a Bandeirantes.

Se esta conjunção da II Semana com um momento forte na conjuntura nacional, como são as eleições, teve o dom de colocá-la na primeira página dos jornais, teve outro efeito não desejado: em nenhum momento atraiu a atenção dos meios de comunicação para os temas, discussões e propostas da II Semana, concentrando-se apenas na promoção do debate com os presidenciáveis.

O debate em si revelou, de um lado, a qualidade das questões apresentadas pelos participantes⁷ e, de outro, a falta de qualidade das respostas dos presidenciáveis; o preparo de uns e o despreparo dos outros.

O jornalista Jânio de Freitas, colheu bem a singularidade deste debate organizado pela II Semana Social:

O mais aproveitável nas intervenções dos candidatos a presidente, no interrogatório promovido pela CNBB e transmitido pela Bandeirantes, foi observação de Leonel Brizola sobre a superficialidade das respostas dadas por todos. As perguntas, quase sempre, denotaram melhor conhecimento dos assuntos do que o exibido pelos candidatos.

No defeito dos candidatos mostrou-se a melhor qualidade do tipo de teste criado pela CNBB, em relação aos debates convencionais.

Mostrou-os, como são todos, quando confrontados com questões objetivas: incapazes de delinear uma providência de governo também com objetividade, como fruto de ponderações amadurecidas sobre os problemas que há anos têm diante dos olhos.

Ou pelo conteúdo ou pela forma, as perguntas de jornalistas e empresários oferecem aos candidatos uma grande dose de previsibilidade. Eles já sabem razoavelmente o que vem. Logo, já sabem, treinam até, como contornar as perguntas e deixar tudo por isto mesmo. Esta técnica de resposta foi a constante no encontro da CNBB, mas as perguntas eram mais incisivas e exigentes. Desintelectualizadas, desvestidas das aparências tecnicistas, submeteram os candidatos às indagações cruas, sem maldades e sem favorecimentos, de uma espécie que as mal denominadas elites supõem não existir: gente do povo com consciência política. É claro que nem todas as perguntas tiveram tal padrão. Mas as que o alcançaram, e não foram em minoria, tornaram o desastre inevitável.⁸

Os telejornais da noite de sexta-feira, pouco antes do início dos debates, ilustraram de maneira perfeita o comportamento da mídia no tratamento da notícia.

7. As perguntas preparadas podem encontrar-se em: *Ibidem* p. 121-134. Delas foram sorteadas 15 que realmente foram feitas, cf. Inácio NUTZLING, *Igreja e política*. Em *ibidem*, p. 137.

8. Jânio de Freitas, *Perguntas sem respostas*. Em *FOLHA DE SÃO PAULO* 30/07/94, cad. 1, p. 5.

A TV Bandeirantes, colocou a notícia do debate no centro do seu Telejornal, com chamadas constantes, ao vivo, do local onde estava sendo preparado o evento.

O Jornal da Rede Manchete, deu certamente a notícia do debate a realizar-se naquela noite, com transmissão pela Bandeirantes.

A TV Globo, no Jornal Nacional, deu o tratamento exatamente inverso à notícia: no bloco dedicado à política nacional, os candidatos foram mostrados nas suas atividades de campanha daquele dia, mas em momento algum a Globo mencionou que a chegada de todos eles a Brasília, estava ligada ao iminente debate entre todos, naquela mesma noite. Sonegou-se a todo o imenso público de telespectadores um momento importante da campanha política e das eleições próximas: talvez o mais importante em todos aqueles meses. Vinha embutido na atitude da emissora um claro boicote ao evento de uma emissora concorrente e que poderia subtrair-lhe tele-espectadores aos seus programas, indo ao ar no mesmo horário naquela noite.

Como o que não é noticiado na mídia, não existe em termos de opinião pública, para a grande massa de tele-espectadores do programa de maior audiência da TV brasileira, o "Jornal Nacional" da Globo, o debate entre os participantes da II Semana Social e levado ao ar pela Rede Bandeirantes, simplesmente não existiu, caso não tenham conseguido informar-se através de outros meios de comunicação, em especial os jornais que vinham noticiando o evento.

Por outro lado, o debate foi levado ao ar por um pool de rádios católicas, espalhados por todo o país.

Pe. José Oscar Beozzo
Professor de história da Igreja
Presidente da CEHILA, Diretor do CESEP